



LIVRE

Liberdade - Esquerda - Europa - Ecologia

MOÇÃO ESTRATÉGICA

AGORA, O FUTURO

1º Congresso do LIVRE

Sintra, 5 de outubro de 2014

Introdução

Portugal tem vivido nos últimos anos sob a ditadura do curto prazo, de avaliação trimestral em avaliação trimestral, cada conjunto de exigências sucessivas impondo-se a qualquer visão de longo prazo para o país e pressionando até o quadro constitucional, limiar mínimo para o nosso consenso enquanto comunidade democrática. Para lá desse curto prazo, dominado pelo temor dos mercados financeiros e pelas imposições da Troika e dos credores institucionais, o perímetro do debate público não se alargou muito: discutiu-se o passivo e o passado, mas só medido pela lente do “quem teve a culpa” dos atores políticos, sem ir mais longe no identificar das insuficiências estruturais do país e das formas de lhes responder. E quanto ao futuro, esse também era curto e obscuro: por detrás da austeridade, mais austeridade; após um governo da alternância, outro governo da alternância. Os portugueses não viam mais futuro à sua frente do que a continuação da mesma desesperança, ou a emigração.

A essa ditadura do curto prazo correspondia uma tirania do mesmo: os mesmos atores, os mesmos partidos, os mesmos comentadores, as mesmas ideias batidas. O caminho estava traçado para uma repetição do mesmo governo, ou de um governo com as mesmas ideias e o mesmo conjunto de imposições — ou, pior ainda, um governo de bloco central, em condições de alterar a Constituição e as leis eleitorais. E, em grande medida, isto continua a ser possível. Os piores cenários permanecem e é contra eles que tem de continuar a fazer-se a nossa luta política. Mas onde antes não se via qualquer saída, hoje talvez se entreveja uma nesga, uma possibilidade de fazer diferente, que só a nós compete alargar.

Algo começou a mudar, ainda que só em possibilidade, que é como todas as mudanças começam. À sua escala, o LIVRE desempenhou um papel essencial nessa mudança. Com um resultado perceptível nas suas primeiras eleições — melhor estreia de sempre em eleições europeias, segunda melhor estreia de sempre em 40 anos de democracia — o nosso partido deu um primeiro sinal de futuro. Implementando novas formas de participação política, como as eleições primárias, influenciámos outros partidos maiores e mais antigos. Trazendo para primeiro plano a necessidade de convergência governativa à Esquerda, alterámos significativamente os termos do debate em nosso torno. Com um discurso sério e consequente ao nível nacional e europeu, distinguimo-nos da anti-política e da demagogia que grassam nos nossos tempos. Propondo uma clara folha de rumo para sair da crise atual — nova política para incluir os cidadãos, frente progressista para uma nova maioria de governo, um memorando de

desenvolvimento para o país, causas mobilizadoras para um movimento democrático à escala europeia — mobilizámos setenta mil votos e a atenção de muito mais gente que, em poucos meses, ouviu falar do LIVRE pela primeira vez e tem passado a palavra sobre a novidade que o nosso partido traz à política. Não há, hoje, grande dúvida de que o futuro passa por aqui. A nós, cabe ser mais ambiciosos e demonstrar que o futuro passa pelo *agora*.

No fundo é isso que o LIVRE tem feito nos poucos meses — pouco mais de um semestre! — desde a sua legalização. Incansavelmente temos tentado demonstrar que não podemos, enquanto portugueses e europeus, desistir do nosso projeto de democracia e inclusão. Com realismo e idealismo em simultâneo, temos enfatizado que é ainda possível praticar a política como construção coletiva do nosso futuro. Sabemos das dificuldades que se nos apresentam hoje, mas sabemos também que, quanto mais tarde nos pusermos ao caminho, mais estreito e difícil ele se apresentará.

O LIVRE quer ser catalisador de uma mudança na política portuguesa num sentido mais progressista, mais democrático, mais inclusivo. Queremos que essa vontade de mudar seja transmissível e que nos permita trabalhar em conjunto com todos aqueles que conosco partilham já princípios, valores e ideais, dentro ou fora do LIVRE. É esse o significado de “um partido partilhado” com que apresentámos a ideia do LIVRE no final de 2013 — um partido partilhado entre os seus membros e apoiantes, um partido partilhado também com toda a sociedade, com organizações, com cidadãos e cidadãs, num amplo movimento democrático e progressista. Estamos conscientes da escala das nossas ambições e das nossas capacidades, e sabemos que só alargando a participação e aprofundando a convergência poderemos vir a efetuar a mudança que desejamos para o país e para a Europa.

Esta moção vem acrescentar-se ao acervo de documentos fundadores do LIVRE — Declaração de Princípios, Programa Político e Estatutos, bem como o notável trabalho de construção de regulamentos para o funcionamento da democracia partidária, em particular o Código de Ética — e complementar a moção “A Exigência Democrática”, aprovada no Congresso Fundador, e que permanecerá em vigor até um próximo congresso eletivo. Nela já se encontrava uma grande parte dos objetivos que nos norteiam, em particular o da nossa inserção num *arco constitucional* capaz de defender as grandes conquistas do nosso Estado Social e de Direito, o da estratégia de preparação para as eleições legislativas de 2015, bem como o da construção de uma *frente progressista* para, como então dizíamos, propor ao país

“um efetivo «memorando de desenvolvimento» assente nos princípios da redistribuição, da justiça social, da [qualificação] da provisão pública e da capacitação das populações”.

Esta dupla estratégia do *arco constitucional* e da *frente progressista* tem também um duplo objetivo, de proteção e de construção. Num primeiro plano, esse objetivo traduz-se na recusa do desmantelamento do Estado Social, da pressão sobre a Constituição e do fomento de uma política de cortes, privatizações e empobrecimento. O LIVRE está liminarmente contra mexidas na Constituição no presente contexto, que resultariam certamente na diminuição de direitos políticos e sociais dos cidadãos, cortes no Estado Social, recuo dos direitos laborais e prosseguimento das privatizações em setores estratégicos para o país. Mas esse plano defensivo não pode dispensar-nos de ter uma visão transformadora e mobilizadora para o país, assente numa valorização das pessoas, do conhecimento e do território e numa melhoria acentuada das provisões do Estado, da qualidade de vida, da participação democrática, dos horizontes de realização pessoal e coletiva no nosso país. É preciso demonstrar que Portugal pode ser mais do que um país viável e por mãos à obra para construir um país onde valha a pena viver, onde possamos construir em conjunto uma sociedade livre, justa e solidária — palavras que se encontram também na Constituição — inovadora, aberta e dinâmica, como exigimos à nossa época que seja.

Esta moção acrescenta também à anterior o resultado do trabalho de convergência feito durante estes meses e das possibilidades que este nos abre. Alegra-nos saber que o LIVRE não está só e que muitos dos temas que propusemos e das convicções que partilhamos nos aproximam de setores da política e da sociedade portuguesa que perfilham da mesma necessidade de construir uma alternativa política para Portugal e para a Europa. É com base nesses alicerces comuns que proporemos uma estratégia comum para os meses cruciais que se avizinham.

1. Por um país mais justo e sustentável

No programa político entregue ao Tribunal Constitucional, o LIVRE definiu um conjunto de políticas fundamentais da sua ação. Um dos objetivos primordiais plasmados nesse documento refere-se à defesa do Estado Social capaz de garantir a universalidade dos sistemas públicos

de educação, saúde e segurança social. Esta defesa não pode ser interpretada como uma retórica, mas como um compromisso político inabalável e inegociável. Significando afinal que, para manter o princípio da universalidade, é necessário implementar um conjunto de políticas reformadoras no seio do próprio Estado. O LIVRE defende o Estado Social, mas não tem uma perspetiva conservadora face a este, considerando que é importante reformar muitas das instituições que constituem os variados sistemas públicos.

Desde logo, entendemos que é importante aprofundar as formas democráticas de participação e administração das instituições públicas, envolvendo todos aqueles que fazem do serviço público a sua principal atividade profissional. A qualificação de uma administração pública moderna e competente representa um desígnio necessário para a integridade funcional e incorruptível da gestão dos bens e serviços públicos. Como tal, defendemos uma política forte contra a corrupção, com efetiva capacidade de proteger o interesse público e de o imunizar face à apropriação e ao mau uso por parte de agendas políticas e particulares.

Enquanto partido que apresenta uma visão diferenciadora entre sociedade, Estado e mercado, o LIVRE considera que é imprescindível estender o princípio e a prática do aprofundamento da democracia à relação entre o Estado, a sociedade civil e os agentes económicos. Este princípio geral de democratização do funcionamento das instituições públicas não é compatível com a degradação das condições laborais e com a precarização dos recursos humanos dos vários setores públicos. Não é admissível que o Estado seja um agente direto ou indireto de precarização, mantendo e fomentando regimes de contratação a prazo e sem garantias estáveis de proteção social. O Estado não só deve dar o exemplo, como também deverá ser o agente principal de regularização das situações de precariedade que, lamentavelmente, se generalizam cada vez mais nas organizações e nas empresas.

O combate à precariedade é, para o LIVRE, um dos desafios maiores para um futuro governo de Esquerda. A precariedade tornou-se viral em Portugal e atinge de modo crescente diferentes gerações e classes sociais. Não é admissível a multiplicação das situações contratuais precárias que incentivam a desqualificação do trabalho, a proliferação dos baixos salários e a completa desproteção dos cidadãos enquanto trabalhadores. O LIVRE defende um programa com tolerância zero face a práticas que promovam a precarização do trabalho, tanto no setor privado como no setor público. Um dos meios para concretizar esse programa passa por alterar os pressupostos e os regulamentos do atual código laboral, que desincentivam e limitam

a contratação coletiva, e por estender os mecanismos de proteção e segurança social a todos os trabalhadores precários.

Portugal continua a ser um dos países mais desiguais da Europa. Não é por isso aceitável que a distribuição de rendimentos atinja níveis tão assimétricos quanto os atuais. Por este motivo, é fundamental implementar políticas de carácter redistributivo capazes de articular, entre outras medidas, uma maior progressividade fiscal sobre os rendimentos do trabalho e do capital, o aumento gradual do salário mínimo nacional e o aprofundamento da equidade salarial. Estas deverão ser complementadas por medidas de pré-distribuição que visem, designadamente, a atenuação do rácio entre as remunerações de topo e as de base. Não é permissível que 10% da população empregada continue a viver abaixo do limiar da pobreza. Um outro objetivo da política redistributiva que deve ser aqui assinalado é o de promover uma maior equidade salarial entre mulheres e homens.

Desigualdade e pobreza são fenómenos distintos mas que estão profundamente associados. O impacto da atual crise económico-financeira e das políticas de austeridade provocaram um aumento desmedido dos níveis de desemprego e uma redução substancial do rendimento disponível das famílias. A população empobreceu e as desigualdades persistiram. De caras com esta situação, milhares de portugueses encontraram-se sem alternativas e não tiveram outra hipótese senão a de emigrar em massa para o estrangeiro. Numa altura em que o contributo de todos é cada vez mais necessário para tirar o país deste ciclo recessivo, os portugueses assistem com tristeza à saída de centenas de milhares de concidadãos detentores de níveis de experiência profissional e de qualificação assinaláveis. Portugal precisa de construir o seu futuro congregando esforços coletivos e não afastando capacidades e vontades — ainda que diferentes — de o fazer.

Antes de mais, o futuro faz-se rompendo com os ciclos de pobreza que atualmente se reforçam nas populações mais jovens. O LIVRE tem alertado desde a sua fundação para o problema da pobreza infantil. Consideramos que se trata de uma questão de urgência nacional que requer um vincado programa geral de atuação, tal como temos vindo a defender. Não há futuro para um país que teima em negligenciar a situação social e económica dos seus mais jovens. Por outro lado, é fundamental repor os critérios de elegibilidade do Subsídio de Desemprego, do Rendimento Social de Inserção e do Complemento Solidário para Idosos, no sentido de alargar as suas atuais coberturas e o número de beneficiários.

Mas o futuro faz-se, acima de tudo, construindo uma economia que progrida no seu desenvolvimento apostando na inovação organizacional e tecnológica das empresas e na sua capacidade de produzir mais e melhor. Portugal já demonstrou economicamente que é capaz de reformar e modernizar setores de atividade, incrementando fatores de produtividade e de inovação que estão ao nível do melhor que se faz internacionalmente. Havendo a mobilização dos agentes (empresários e trabalhadores), o desbloqueio institucional e burocrático e a vontade política, é possível inovar para crescer mais. A ação de um futuro governo deverá catalisar a criação das condições necessárias que levem ao aumento sustentável do crescimento económico.

A sustentabilidade não é para o LIVRE uma noção ambígua e vazia. Pelo contrário, esta deverá significar uma prática ativa, capaz de aliar o desenvolvimento da economia ao equilíbrio dos sistemas ambientais e ecológicos. Consideramos que o desenvolvimento deve propiciar as condições necessárias para uma sociedade mais próspera que promova o bem-estar social e ambiental. Para tal, é importante criar novos instrumentos de medida e de monitorização efetiva sobre o impacto ambiental da atividade económica. Estes instrumentos não devem ser vistos como obstáculos ao desenvolvimento mas sim como agentes defensores do bom desenvolvimento.

Qualquer política de desenvolvimento deve partir do pressuposto que os recursos naturais são finitos e que, como tal, se tornarão cada vez mais escassos. Deste modo, não é possível continuar com as políticas de crescimento, que têm sido regra nas últimas décadas, sem olhar para os impactos a elas associados. Muitos desses impactos (como, por exemplo, a destruição de habitats naturais e a depleção dos recursos naturais) têm consequências irremediáveis e irreversíveis, pelo que urge pensar em alternativas de desenvolvimento. O próprio conceito de crescimento, baseado exclusivamente no Produto Interno Bruto (PIB), deve ser desafiado e problematizado, e deve ser encontrado um modelo alternativo, que inclua as três vertentes do desenvolvimento sustentável: social, ambiental e económica.

São várias as iniciativas com o objetivo de encontrar um conjunto de indicadores que possam substituir o PIB como medida de crescimento. Com esse propósito, a União Europeia lançou o programa “Para lá do PIB” que pretende desenvolver indicadores de desenvolvimento que, por um lado, incluam os fatores ambientais e sociais e, por outro, sejam de fácil aplicação, à semelhança do PIB. Existem outras iniciativas e programas promovidos pela União Europeia,

nomeadamente o princípio da economia circular, aplicado às empresas. O LIVRE deve envolver-se neste esforço, na procura e definição de uma metodologia alternativa no que concerne a medição do crescimento e desenvolvimento.

A ecologia deve ser vista como uma oportunidade de desenvolvimento em Portugal e na Europa. Deve ser posto em prática um plano de relançamento da economia baseado em políticas de investimento social e ambientalmente sustentáveis, permitindo a preservação de recursos naturais e reduzindo a pegada ecológica. Como referido no seu Programa Político, o LIVRE defende uma revolução ecológica, um *Green New Deal* a nível europeu que tire partido dos diferentes mecanismos de apoio disponíveis, promovendo o desenvolvimento sustentável. No caso português, essas políticas podem ser cruciais no apoio a alguns dos setores mais afetados pela crise, nomeadamente o setor da construção civil, através de um programa de reabilitação urbana que tenha em mente a melhoria da eficiência energética dos edifícios, o reforço da sua resiliência sísmica e, de uma forma geral, a reabilitação das nossas habitações — investimentos que geram emprego e crescimento hoje, poupança, qualidade de vida e desenvolvimento amanhã. A aposta na produção de energia através de fontes renováveis deve ser continuada, sendo que Portugal, graças às condições naturais de que dispõe, tem a obrigação de se destacar nesta área, podendo servir como exemplo para a União Europeia, na senda da autonomia energética de fontes exclusivamente renováveis.

2. Por uma política alternativa em Portugal e na Europa

Passados mais de cinco anos de uma prolongada crise recessiva e três anos de uma arrasadora austeridade, decorrente de um programa de ajustamento muito violento, Portugal encontra-se neste momento numa situação financeira ainda mais complicada. Para além da devastação económica e social do país, o programa imposto e aplicado conjuntamente pelo Governo e pela Troika, não só não resolveu o problema da dívida externa, como o agravou substancialmente. Considerar que a dívida pública é pagável nos moldes definidos pelo programa tem como única consequência sufocar ainda mais as condições de vida dos portugueses e impossibilitar qualquer desenvolvimento real do país. Por outro lado, insistir em

servir a dívida pública nos moldes definidos pelo Tratado Orçamental significa fechar qualquer margem para uma política económica e social que aposte no investimento público e privado.

Neste sentido, é necessário iniciar um processo de renegociação da dívida pública e de revogação do Tratado Orçamental, revendo profundamente as suas regras orçamentais. Este processo deverá envolver um número mais alargado de países que, de uma forma ou de outra, padecem dos mesmos problemas financeiros, por via dos instrumentos institucionais e democráticos disponíveis na União Europeia. Caberá aos governos legitimados democraticamente nos diversos países iniciar este processo. A democracia assim o exige: o LIVRE considera que a resolução do problema da dívida passa pelo aprofundamento da democracia europeia, não só pelo maior protagonismo atribuído ao Parlamento Europeu, mas pela possibilidade dos governos dos países mais afetados poderem legitimamente iniciar um processo negocial que vise a reestruturação das respetivas dívidas públicas e a revisão profunda das regras orçamentais.

O LIVRE considera que este processo é muito difícil de ser concretizado e que depende de várias contingências de carácter político e institucional. Contudo, entendemos que é da responsabilidade dos governos passar de uma postura de completa submissão aos interesses políticos e económicos de alguns países, condignados na atuação da Comissão Europeia, para uma postura ativa de reivindicação que pugne pelo interesse geral dos seus cidadãos. No presente momento, as principais instituições da União Europeia perderam a noção de interesse geral das populações e são progressivamente instrumentalizadas por interesses particulares de alguns países e/ou de poderosos grupos políticos e económicos. É também preocupante o crescente nacionalismo em torno de uma constelação de nações — populações — que se vão fechando em relação à Europa.

O LIVRE tem noção que parte do futuro económico e social de Portugal depende do que suceder no contexto europeu nos tempos mais próximos. O LIVRE entende que sem a reestruturação da dívida e a revisão substancial das regras do Tratado Orçamental não é possível implementar uma política verdadeiramente progressista em Portugal, que vise a defesa do Estado Social, o aumento do investimento público e privado, a redução dos níveis de pobreza, de desemprego e de desigualdade. Por este motivo, é importante que os portugueses tenham a noção clara do que é que está verdadeiramente em causa: Portugal encontra-se numa situação financeira difícil que requer uma ação determinada por parte de um futuro

governo de Esquerda capaz de, no contexto da União Europeia, alterar os constrangimentos fundamentais que nos impedem de levar a cabo uma política progressista. A construção da política alternativa em Portugal faz-se em simultâneo com uma política na Europa que consiga alterar os constrangimentos consequentes da dívida pública e das regras orçamentais.

3. Por um programa progressista e transformador

Depois de três anos consecutivos de austeridade — com políticas que incidiram sobre a perda dos direitos laborais e a desvalorização do trabalho, a redução dos salários e das pensões, a limitação das transferências sociais, o desmantelamento de vários setores do Estado Social, a privatização de empresas públicas, o aumento generalizado dos impostos sobre o trabalho e o consumo — urge construir um programa de políticas alternativas para um futuro governo de Esquerda. O LIVRE pretende organizar a elaboração desse programa por intermédio de uma ampla participação dos seus membros e apoiantes, assim como de outros cidadãos e cidadãs e organizações pertencentes à sociedade civil que se reconheçam nos princípios e valores dos documentos fundacionais do partido.

Para a realização deste processo alargado definiram-se três fases principais para a construção do programa nos próximos quatro a seis meses (dependendo das alterações decorrentes da conjuntura político-eleitoral):

- 1) Elaboração de temas e propostas;
- 2) Composição global do programa;
- 3) Discussão pública e deliberação.

O trabalho desenvolvido pelos Círculos Temáticos (CT) do partido, em articulação com o Grupo de Contacto (GC) e o Grupo de Trabalho (GT) Programa da Assembleia, vai ser particularmente importante para a primeira fase. Assim, considera-se que deve ser dada prioridade à definição (provisória) dos temas de força que se entendem mais relevantes a serem trabalhados por cada CT. Esta decisão deve ser tomada por via consensual dentro de cada CT, devendo haver um equilíbrio entre a liberdade de cada pessoa sugerir um tema em particular e a articulação com aquilo que é o interesse geral para a elaboração do programa. Cabe também ao GC e ao

GT Programa fazerem sugestões de temas e comentários aos que forem identificados pelos CT. Nesta fase, é importante incluir os contributos das moções aprovadas no I Congresso.

É da responsabilidade de cada CT organizar, sob a coordenação do GC e do GT Programa, a elaboração das respetivas propostas. Parte desta atividade decorrerá por meio da plataforma informática Loomio, na qual é possível apresentar propostas, fazer comentários, alimentar debates e efetuar votações. Obviamente, este tipo de trabalho não substitui a necessidade dos CT se reunirem presencialmente. Também se prevê que esta fase incorpore contributos exteriores ao partido, podendo coincidir com a organização de um grande encontro de carácter deliberativo, a realizar entre os diversos movimentos e cidadãos que se reconheçam no espaço político que o LIVRE tem designado como o “meio da Esquerda”.

Segue-se a fase de compilação das propostas e de composição do programa global que reúna todos os contributos considerados válidos pelos órgãos do partido, e que será da responsabilidade do GC e do GT Programa.

A fase final representa o processo deliberativo, à semelhança do que já sucedeu com o anterior programa às eleições europeias. Trata-se de um processo alargado de discussão pública do programa, onde os membros, apoiantes, mas também todos os cidadãos e cidadãs de Esquerda, possam participar ativamente. Embora o tempo político seja muitas vezes imprevisível, podendo, por exemplo, alterar-se o horizonte temporal das próximas Eleições Legislativas, existe a convicção por parte do GC do LIVRE que é imprescindível juntar todas as vontades de Esquerda, desde que se reconheçam nos nossos princípios e valores, para a realização desta empreitada coletiva de fazer um futuro melhor para o nosso país.

4. Por uma Esquerda de convergência e governação

A convergência à Esquerda faz parte da matriz do LIVRE. Não surpreendentemente, o primeiro documento apresentado pelo partido, ainda durante o seu processo de formação, foi o Roteiro para a Convergência. Neste documento fundacional foram identificadas algumas das causas dos bloqueios da convergência à Esquerda e foi proposto um caminho que permite encontrar formas de diálogo entre as diferentes forças de Esquerda, construindo as pontes necessárias

para a formação de uma frente progressista. Transcorrido quase um ano desde a apresentação deste roteiro — um ano em que os direitos dos portugueses continuaram a ser atacados de uma forma e alcance nunca antes vistos — muitos dos bloqueios identificados continuam a existir. Porém, o trabalho que temos vindo a desenvolver e a exigência de muitos outros cidadãos, manifestos e movimentos de Esquerda pela convergência começam a dar alguns frutos.

Assumindo o seu compromisso, o LIVRE tem vindo a reunir com as diferentes forças de Esquerda, no sentido de encontrar os pontos em comum e diferentes oportunidades de cooperação, que permitam a constituição de uma frente progressista no Parlamento. É fundamental acabar com o conceito do “arco da governação” e os partidos de Esquerda devem desempenhar um papel de destaque na constituição de um novo arco — o *arco constitucional*. Nunca a Constituição Portuguesa foi tão atacada como nos anos do atual governo PSD-CDS e, como tal, é de crucial importância a formação de um arco constitucional que se comprometa com a sua defesa contra os ataques da direita.

Do processo negocial de convergência deverá ser constituída uma plataforma eleitoral alargada que poderá assumir diferentes formatos. O LIVRE explorará de forma séria, aberta e honesta, todas as hipóteses de convergência — seja através de acordos pré-eleitorais, seja pela apresentação conjunta a eleições, seja pela possibilidade de acordos pós-eleitorais — rejeitando o atavismo crónico que não tem permitido à Esquerda trabalhar em conjunto, minando desde logo a construção de um futuro melhor para Portugal. Estes esforços, que muitas vezes têm faltado à Esquerda, já se iniciaram com as reuniões entre as diferentes forças políticas e devem ser continuados e aprofundados. O LIVRE demonstra completa abertura para entendimentos programáticos e parcerias eleitorais com outros partidos, associações e movimentos de Esquerda, não abdicando, logicamente, dos seus princípios, ideias, valores e práticas fundamentais.

Convergência não pode ser uma palavra oca, constantemente gasta em intenções que na prática nunca se concretizam. A convergência precisa de vontade política e os partidos e organizações políticas que a procuram de forma consistente têm nome. Até ao momento, nas conversações amplas a que o LIVRE se dedicou, foi a Associação Fórum Manifesto que mais cedo demonstrou vontade de dialogar com o nosso partido, e aquela que prosseguiu de forma estruturada esse diálogo, tendo por horizonte as eleições legislativas de 2015. O LIVRE e a

Associação Fórum Manifesto iniciaram um processo de conversações que pretende ser consequente. Assim, para que a convergência seja bem sucedida, cada partido, movimento ou outra força política deverá definir se, do ponto de vista estratégico e programático, as suas preocupações e objetivos são coincidentes. Devem encontrar, por um lado, qual o valor maior que se pretende alcançar e, por outro lado, quais os compromissos que deverão ser partilhados pelas diferentes partes. No que diz respeito às conversações com a Fórum Manifesto, o LIVRE considera que é importante juntar forças para constituir uma plataforma eleitoral alargada que corporize o setor que temos denominado como o meio da Esquerda. A sua construção é um requisito fundamental para congregar vontades em torno de um programa político progressista capaz de transformar Portugal por via da representação parlamentar e/ou da ação governativa. Para atingir este valor maior, deverão estipular-se os meios e os instrumentos que permitirão a construção dessa plataforma.

O LIVRE entende que a convergência passa por reunir as forças existentes em torno de uma plataforma agregadora e, nesse sentido, defende que o cenário da parceria é o que mais corresponde aos anseios dos eleitores de Esquerda, incluindo os que votaram no nosso partido nas últimas Eleições Europeias. Neste sentido, consideramos que o LIVRE pode dar um exemplo único na história da democracia portuguesa ao possibilitar o nascimento dessa plataforma eleitoral. Isto significa que o LIVRE está realmente disposto a congregar forças sabendo que, para isso acontecer, terá de chegar a compromissos políticos que vão ao encontro desse valor maior mas que, simultaneamente, não deverão pôr em causa a sua matriz democrática, deliberativa e de abertura. Essa matriz é o resultado de uma exigência cidadã de participação e inclusão. As organizações, como o LIVRE ou a Fórum Manifesto, que se apresentarem como parceiras no trabalho conjunto de convocar a cidadania para a mudança de políticas em Portugal e na Europa, devem ser capazes de se adaptar, e até mesmo de se transcender, para que o processo de construção de um programa alternativo e de uma candidatura cidadã seja verdadeiramente amplo, democrático, inclusivo, transparente e participado em todos os seus momentos.

Firme nos seus compromissos com o aprofundamento da democracia, o alargamento da participação e a construção de uma governação progressista, o LIVRE está pois empenhado na boa conclusão deste processo de convergência. Adaptará, se necessário, o seu programa de trabalho a uma ainda maior abertura e participação dos cidadãos e organizações, tendo em vista a parceria a estabelecer com a Fórum Manifesto e outros movimentos políticos que se

revejam nestes princípios e objetivos. Propõe-se à realização de um processo de auscultação por todo o país — possivelmente através de ideias como a da “caravana do progresso” ou dos debates em “casas da democracia”, discutidos na nossa Assembleia — que leve à construção do movimento democrático e progressista que desde o início o LIVRE pretendeu ajudar a construir. Damo-nos a tarefa de, em parceria, organizar momentos de deliberação e construção política, de encontros, debates e assembleias, para os quais seja convocada a sociedade civil que se opõe à atual governação e que anseia por construir uma alternativa concreta e realista de governação de progresso e justiça social.

Este movimento deve ter por objetivo a construção de uma nova maioria após as eleições de 2015 e, para tal, levar a sério a necessidade de dialogar com todos os partidos que se opuseram à atual governação. O LIVRE continuará disposto a encontrar terreno comum com os partidos da esquerda, da ecologia e do progressismo cujos princípios e cuja prática sejam compatíveis com os nossos princípios, valores e ideais. Nesse sentido, o LIVRE continuará a estar atento à evolução do debate e do discurso no Bloco de Esquerda, no Partido Comunista Português e no Partido Socialista e aos sinais de abertura e mudança que estes poderão demonstrar. O LIVRE encara como necessário o diálogo com todos estes partidos e essencial a disponibilidade para a construção de um novo governo, que ponha na oposição a direita austeritária e que inicie um novo capítulo de progresso para o país. Avaliamos positivamente a disponibilidade anunciada, dentro do Partido Socialista, para governar com a Esquerda e é nossa intenção levar essa disponibilidade a sério, conscientes das dificuldades do tempo presente, firmes nas nossas exigências de defender a Constituição e deter a política de cortes e privatizações, mas também empenhados na construção de novas bandeiras de desenvolvimento e justiça social, mobilizadoras para a sociedade portuguesa, sem esquecer a necessidade de democratização das instituições nacionais e europeias e de combate à degradação do estado de direito e ao aparecimento de fenómenos de anti-política. Estes são os compromissos com que encaramos a necessária tarefa da mudança governativa.

5. Agora, o futuro

O empenho do LIVRE está em mostrar, pela prática e pela força das ideias, que é possível fazer, agora, o futuro. É possível sair da ditadura do curto prazo e da tirania do mesmo para voltar a discutir o país que queremos e a Europa que precisamos de mudar. É possível construir um país melhor, uma Europa e um mundo melhores, através do trabalho nos partidos e nas instituições — com melhores autarcas e deputados e deputadas, ministros e ministras, que estejam mais sintonizados com o tempo presente, com as necessidades de porvir das populações, com a preservação do planeta e com uma vida de maior qualidade, mais plena e realizada no plano social, mais participada e inclusiva no plano político, mais livre e tolerante no plano pessoal e cívico. É possível fazê-lo de forma diferente, numa nova política que traga para o presente a democracia que queremos ver nascer, sem perder a democracia que queremos preservar. E, ao mesmo tempo, não é possível fazê-lo sozinhos. Para isso, precisamos de construir uma cultura de partilha e responsabilidade, de civismo, de diálogo e de deliberação.

Para atingir estes objetivos, o LIVRE deve comprometer-se com o aprofundar dos mecanismos de ligação à sociedade que, desde a primeira hora, apresentou: a escolha dos seus candidatos através da realização de eleições primárias, abertas a todos os cidadãos que se identifiquem com os princípios do partido, e o recurso aos princípios da democracia deliberativa, envolvendo todos nos processos de discussão e decisão do partido, fazendo do LIVRE um partido verdadeiramente partilhado. É através desta abertura à sociedade que o LIVRE pode cativar e atrair a grande franja de cidadãos que abdicou do seu direito de voto. A construção coletiva do futuro assim o exige e o LIVRE deve fazer um esforço sincero no desenvolvimento e promoção da democracia deliberativa e das eleições primárias, de modo a garantir um número e qualidade suficientes de candidatos a deputado que possam representar o partido na Assembleia da República. Para tal, é imprescindível o apoio das estruturas locais, os Núcleos Territoriais.

A consolidação dos Núcleos Territoriais reveste-se assim de capital importância. O processo de constituição dos Núcleos encontra-se em diferentes fases, havendo atualmente dois núcleos oficializados — Porto e Braga — e outros três em avançado estado de constituição — Setúbal, Bruxelas e Coimbra. O esforço na constituição de novos Núcleos, em Portugal continental, nas Regiões Autónomas e na Diáspora, deve ser prosseguido através do envolvimento dos membros e apoiantes e desafiando a sociedade em geral a participar. Os Núcleos, uma vez constituídos, desempenharão um papel importante na identificação dos problemas específicos da sua área de implantação. Serão também essenciais na afirmação do LIVRE em todo o

território, bem como na divulgação das suas propostas e princípios, nomeadamente a democracia deliberativa.

Os próximos meses serão decisivos para este projeto no nosso país. A convergência é uma necessidade imperiosa para tirar o atual governo do poder e substituí-lo por uma alternativa política de progresso e justiça social. Mas é também nossa obrigação, perante os nossos concidadãos europeus, em particular nos países da crise, substituir no Conselho Europeu um governo aliado da austeridade por um oposto à lógica do Tratado Orçamental. E é ainda nossa responsabilidade perante o nosso tempo a de ultrapassar as velhas crises e tabus da Esquerda para fazer face às múltiplas crises que confrontamos: a crise financeira, a crise ecológica, a crise da democracia. Ao lado de uma crise ideológica que impede, à partida, uma convergência, levantam-se outras crises com efeito no quotidiano de todos.

O LIVRE está empenhado em prosseguir este caminho, catalisando um movimento democrático e progressista, inovador e dinâmico, para uma mudança de política e de políticas no nosso país. Nesse movimento, juntaremos a nossa voz, num espírito de equidade, solidariedade e abertura, a todas as organizações e cidadãos com quem partilhamos estratégia e linhas programáticas gerais e que queiram construir uma alternativa conjunta ao atual estado de coisas. Faremos a nossa preparação para as eleições legislativas, tendo por objetivo a eleição de deputados e deputadas que melhorem a qualidade da prestação parlamentar, que cumpram cabalmente com a sua função fiscalizadora e que sejam legisladores empenhados, eficazes e criativos. Empenhar-nos-emos para que esse movimento seja amplo e plural e para que tenha impacto decisivo na política portuguesa, reforçando o setor do “meio da Esquerda” para uma futura maioria governativa. E, nessa maioria governativa que queremos construir, seremos um motor de conquistas cívicas e sociais, um garante de fidedignidade e legalidade, um contraponto às tendências centralizadoras das maiorias absolutas de um só partido e um intérprete do diálogo necessário e permanente com a sociedade civil.

Traremos o futuro de volta à nossa política, ao nosso país. Não será fácil, e não se fará sem esforço. Dependerá de escolhas por vezes difíceis e de uma análise séria dos constrangimentos que se nos apresentam. Mas ficará claro a todos os portugueses que a área política em que o LIVRE se insere tem vontade política para lutar por isso e que ganhará a força democrática para fazer a mudança acontecer.

